

Questões sobre a Resolução n. 354, de 19 de novembro de 2020

1) De acordo com a Resolução n. 354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A resolução n. 354/2020 do CNJ trata da regulamentação do transporte dos apenados entre os estabelecimentos prisionais do Brasil, durante a pandemia do Covid-19.
- b) Regulamenta a realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais e a comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais de primeira e segunda instâncias da Justiça dos Estados, Federal, Trabalhista, Militar e Eleitoral.
- c) A Resolução n. 354/2020 é responsável por regulamentar exclusivamente sobre a possibilidade de realização de intimação via aplicativo de mensagens simultâneas, viabilizando sua ocorrência sem a autorização da parte.
- d) Regulamenta a utilização de provas adquiridas por meio da internet, e outros dispositivos tecnológicos.
- e) A Resolução n. 354/2020 é responsável por regulamentar a contagem de prazos processuais eletrônicos.

2) Jorginho, é réu em processo criminal e está recolhido em estabelecimento prisional na cidade de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, houve a designação da audiência e os advogados do réu realizaram o requerimento para que o ato ocorresse por vídeo conferência. Sendo posteriormente deferido o pedido pela 6ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá. Assim, no momento da audiência, o ofendido manifestou interesse em depor sem a presença do réu, acerca do disposto, assinale a alternativa correta, nos termos da Resolução 354/2020 do CNJ:

- a) A defesa não pode requerer que a audiência ocorra por vídeo conferência, tendo em vista que o réu está preso na cidade da comarca, somente poderia o fazer se estivesse solto. Assim como, não é possível que o ofendido realize o depoimento com o desfoque da sua imagem ou inabilitação da mesma.
- b) A defesa não pode requerer que a audiência ocorra por vídeo conferência, tendo em vista que o réu está preso na cidade da comarca, somente poderia o fazer se estivesse solto. Mas, é possível desfocar a imagem do depoimento do ofendido, ou mantê-la inabilitada.
- c) A defesa pode requerer que a audiência seja realizada por vídeo conferência, ainda que o réu esteja preso na cidade da comarca. Sendo

ainda, possível desfocar a imagem do depoimento do ofendido, ou mantê-la inabilitada.

- d) A defesa pode requerer que a audiência seja realizada por vídeo conferência, ainda que o réu esteja preso na cidade da comarca. Mas, não é possível que o ofendido realize o depoimento com o desfoque da sua imagem ou inabilitação da mesma.
- e) Os advogados de Jorginho poderão requerer que a audiência seja realizada por vídeo conferência, desde que devidamente fundamentada, atentando-se ao bom comportamento do réu no estabelecimento prisional. Sendo ainda, possível desfocar a imagem do depoimento do ofendido, ou mantê-la inabilitada.

3) Segundo a Resolução 354/2020 do CNJ, assinale a alternativa que não é uma das hipóteses de determinação da realização de audiência telepresencial, excepcionalmente de ofício pelo juiz:

- a) Urgência.
- b) Conciliação ou mediação no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania (CEJUSC)
- c) Substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa.
- d) Mutirão ou projeto específico.
- e) Ausência de servidores para auxiliar o ato.

4) Acerca das audiências telepresenciais e por vídeo conferência, assinale a alternativa correta, de acordo com o que estabelece Resolução 354/2020 do CNJ:

- a) Se configura como telepresenciais, a comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias.
- b) Enquadra-se como videoconferência, as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente de físico externo às unidades judiciárias.
- c) Entende-se por videoconferência, as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente de físico externo às unidades judiciárias.
- d) Identifica-se por telepresenciais, as audiências que são destinadas à pessoas recolhidas no sistema prisional fora da cidade sede da comarca.
- e) Entende-se por videoconferência, toda a audiência feita pela internet.

5) De acordo com a Resolução 354/2020 do CNJ, assinale a alternativa correta acerca da citação e intimação por meio eletrônico:

- a) Será documentado pelo simples comprovante do envio e do recebimento da comunicação processual, sem a necessidade de data e hora da ocorrência.
- b) O cumprimento das citações e das intimações por meio eletrônico poderá ser realizado pela secretaria do juízo ou pelos oficiais de justiça.
- c) A intimação e a requisição de servidor público, bem como a cientificação do chefe da repartição, serão realizadas, exclusivamente, por meio eletrônico.
- d) Não é possível comprovar a citação ou intimação através de certidão de como o destinatário foi identificado e tomou conhecimento da intimação.
- e) É possível o cumprimento eletrônico de atos processuais por meio de mensagens públicas.

6) Acerca da Resolução n. 354/2020 do CNJ, assinale a alternativa correta:

- a) Para se opor em relação à realização de audiência telepresencial, basta a mera alegação de desinteresse.
- b) Somente os advogados, públicos e privados, poderão requerer a participação própria ou de seus representados por videoconferência.
- c) O deferimento da participação por videoconferência depende de viabilidade técnica e de juízo de conveniência pelo magistrado.
- d) A participação em audiência telepresencial ou por vídeo conferência não precisa seguir a mesma liturgia dos atos presenciais.
- e) Uma vez ocorridos os atos processuais, não poderão ser repetidos, mesmo se corridos problemas de natureza técnica.

7) A Resolução n. 354/2020 do CNJ regulamenta a realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais, a exceção das unidades jurisdicionais da:

- a) Justiça Federal
- b) Primeira instância da Justiça dos Estados
- c) Segunda instância da Justiça dos Estados
- d) De Tribunais Superiores
- e) Do Supremo Tribunal Federal.

8) Assinale a alternativa incorreta, a cerca da Resolução n. 354/2020 do Conselho Nacional de Justiça:

- a) O deferimento da participação por videoconferência depende de viabilidade técnica e de juízo de conveniência pelo magistrado.
- b) A realização da audiência por videoconferência ou telepresencial deve observar que as oitivas serão equiparadas às presenciais, contudo, não carecendo que as partes sigam a mesma liturgia das vestimentas, em relação às audiências presenciais.
- c) É ônus do requerente comparecer na sede do juízo, em caso de indeferimento ou de falta de análise do requerimento de participação por videoconferência.
- d) o Juiz tomará as cautelas necessárias para assegurar a inexistência de circunstâncias ou defeitos que impeçam a manifestação livre.
- e) o Juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com seu defensor, presencial ou telepresencialmente